

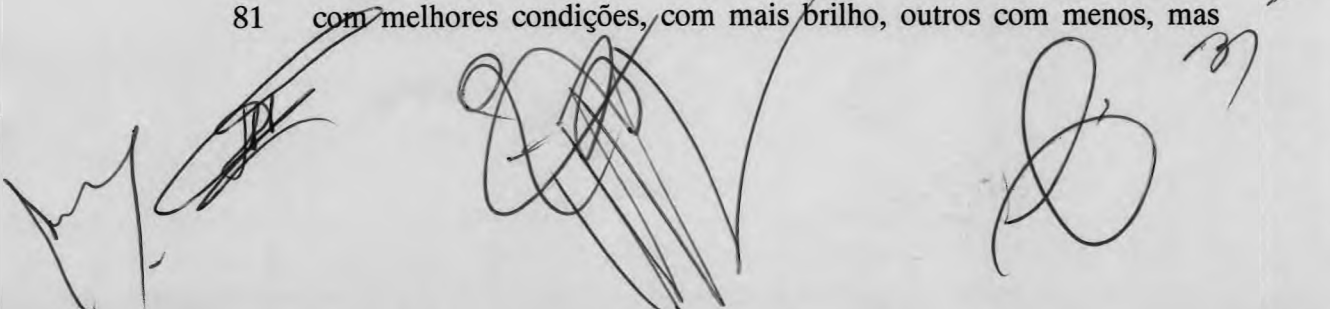


TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

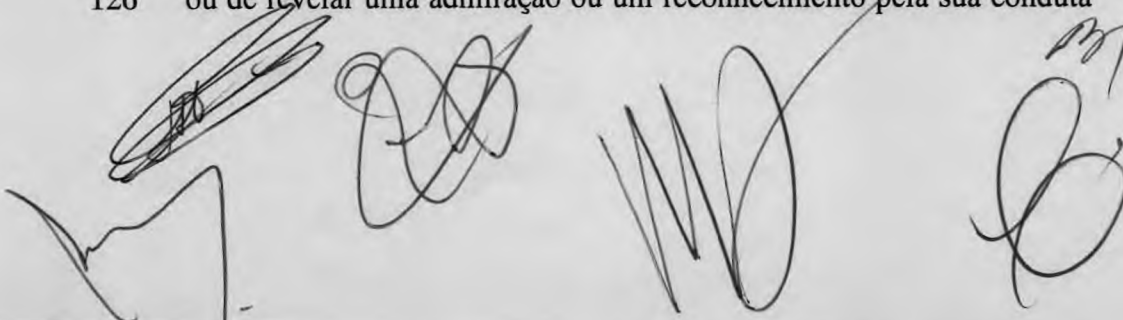
Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária do Tribunal Regional Eleitoral, no Ano de 1997.

1 Às dezesseis horas do dia quatro de abril do ano de mil novecentos e
2 noventa e sete (04.04.97), nesta cidade do Recife, Capital do Estado
3 de Pernambuco, presentes os Excelentíssimos Senhores: Presidente,
4 Des. Luiz Belém de Alencar; Vice-Presidente, Des. Francisco de Sá
5 Sampaio; Juiz do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Dr.
6 Petrúcio Ferreira da Silva; Juízes de Direito, Dr. Eduardo Augusto
7 Paurá Peres e Roberto Ferreira Lins; Jurista, Dr. Carlos Alberto de
8 Britto Lyra e o Procurador Regional Eleitoral, Dr. Joaquim José de
9 Barros Dias, comigo, Inês Martins, Diretora Geral da Secretaria, foi
10 aberta a Sessão. Lida e aprovada a ata da Sessão anterior, o Des.
11 Presidente fez uso da palavra nos seguintes termos: "Ao abrir essa
12 Seção, dois fatos tenho a registrar. Aliás, mais de dois. O primeiro, é a
13 aposentadoria da Dra. Leonor Jordão, funcionária exemplar desta
14 Casa, que durante longos 34 anos prestou serviço à Justiça Eleitoral,
15 servidora altamente conceituada no seu ambiente de trabalho e fora
16 dele, colaboradora que durante esses meses em que estive na
17 Presidência do Tribunal e mesmo na Vice-Presidência, deu estimável
18 colaboração, revelando, como era de se esperar, lealdade, eficiência e
19 dedicação e ao registrar a sua aposentadoria, não poderia deixar de
20 enaltecer essas suas qualidades, que além de honrá-la pessoalmente,
21 serve de exemplo aos demais servidores desta Casa. Um outro fato,
22 também digno de registro, é a opção que fiz pelo nome da Dra. Inês
23 Martins para ocupar o lugar da Dra. Leonor. Uma jovem servidora,
24 muito moça ainda, mas que impressionou-me fortemente, quando, na
25 oportunidade em que ela fez uma exposição a respeito do sistema
26 eletrônico de votos nesta Casa, sabendo que eu já era o Vice-
27 Presidente e que seria o provável Presidente, a jovem, atual
28 colaboradora, teve a coragem, o brilho, e isso contou ponto alto para
29 mim, de não contestar uma observação que eu fizera, mas de explicar,
30 o talvez mal entendido que eu registrara, de, numa exposição, não dela
31 propriamente, mas de uma sua colaboradora. Isso revelou uma
32 personalidade forte, de brilho e independência, que no meu entender,
33 são características de um bom administrador e de uma pessoa que
34 denota, tem uma formação de lealdade, seriedade, de altivez, que são
35 qualidades de rara manifestação naqueles que exercem função de
36 confiança e perante os seus superiores. Noutra oportunidade, também

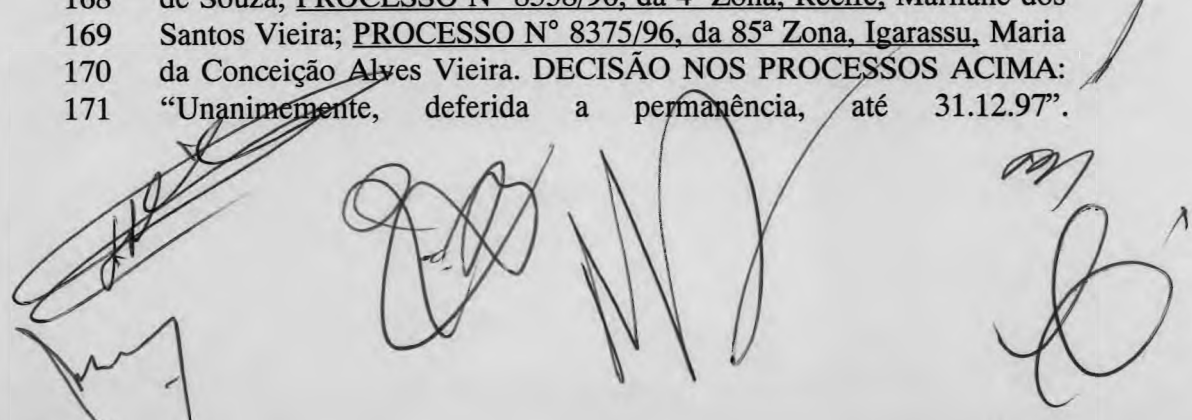
37 no meu gabinete, conversando com ela e os demais funcionários que
38 exerciam cargo de alta relevância na administração ou que exercem
39 cargo de alta relevância na administração, Dra. Inês, outra vez,
40 manifestou essas mesmas qualidades, procurando dar uma explicação
41 e procurando dar a sua colaboração para aquilo que me preocupava,
42 aquilo que era foco da minha atenção. Em face disso, e apesar de que
43 outras pessoas tão qualificadas quanto ela, mas que, no meu entender,
44 já se encontram no lugar adequado e que se deslocadas iriam fazer
45 falta naqueles lugares, eu me decidi naquelas oportunidades, já
46 sabendo da intenção da Dra. Leonor, de que Dra. Inês seria a pessoa
47 indicada para a alta função, de grande responsabilidade, de Diretora
48 Geral desta Casa. Então, registro com satisfação, dou conhecimento a
49 Casa de que outra não foi a influência ou outras não foram as
50 influências que me fizeram optar pelo nome da Dra. Inês para o
51 posto. Também registro a escolha do Dr. Wellington Santos para o
52 lugar de Dra. Inês Martins, na Secretária de Informática, e, por falar na
53 Secretária de Informática, recorde-me que uma outra motivação para a
54 escolha de Dra. Maria Inês foi uma visita que eu fizera àquela
55 Secretaria e, depois de conversar com ela algum tempo, e de ela me
56 mostrar todas as dependências da Secretaria, a organização que
57 implantara lá, o serviço que estava executando lá, eu até fiz uma
58 observação para ela, dizendo que isso aqui é um mini TRE, na
59 verdade, aquela Secretaria é uma grande Secretaria, bem organizada, e
60 quem consegue por um órgão naquelas condições, evidentemente, no
61 meu entender, teria condições de exercer a função para a qual eu a
62 escolhi. Então, aquele episódio também foi uma motivação que me fez
63 decidir pelo nome de Inês. Bom, e agora, para o seu lugar, a escolha
64 recaiu no Dr. Wellington Santos, pessoa que está tecnicamente
65 preparada para a função, que apenas precisa de um entrosamento, de
66 uma vivência das funções da Secretaria para, espero, substituir a
67 conteúdo Dra. Inês. A Coordenadoria de Eleições também teve uma
68 modificação, embora exercida com eficiência pelo Dr. Isavan Gomes,
69 mas por uma questão que eu não me escuso de revelar, uma questão de
70 procurar dar um cunho mais pessoal, mais do meu feitio, mais do meu
71 estilo de administrar, achei por bem substituí-lo e designá-lo para uma
72 outra função, e eu tenho na minha vida funcional, nas oportunidades
73 que tive de dirigir alguns órgãos, tenho me dado satisfatoriamente com
74 a colaboração das mulheres nas funções de colaboradoras mais
75 estreitas com as funções que exerci e por isso, é mais uma das razões,
76 pelas quais escolhi a Dra. Márcia Regina Gomes de Melo para o
77 exercício da função, também pessoa altamente qualificada. Com estes
78 ajustes, eu espero que o Tribunal procure, comece a trilhar, a marchar,
79 a se conduzir de uma certa forma revelando o meu estilo de
80 administrar. Cada um tem a sua maneira de conduzir as coisas, uns
81 com melhores condições, com mais brilho, outros com menos, mas



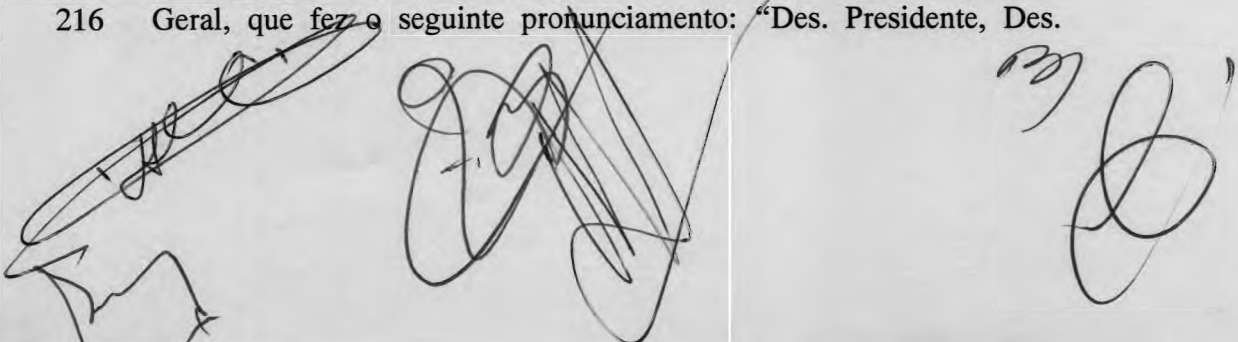
82 cada um com sua maneira de ser e é isso que tenho procurador fazer.
83 Não tenho outro intuito aqui, na minha passagem pelo TRE, do que
84 procurar, na medida do possível, melhorar a prestação de serviços,
85 atendendo a comunidade para a qual o TRE fora instituído e, também,
86 na medida do possível, conciliando os interesses da administração com
87 os dos servidores que aqui colaboram conosco. Na verdade, somente
88 nós, os sete Juízes e o Dr. Procurador não faríamos nada se não
89 tivéssemos a colaboração desde o Diretor Geral até o mais humilde
90 funcionário que esteja na mais remota Comarca, como Afrânio, ou
91 qualquer uma outra. Através deles é que vai se projetar no meio da
92 comunidade, a atuação do TRE. Então, com esses registros já que nós
93 estamos noticiando as modificações, as inovações trazidas para a
94 administração, aproveitar a oportunidade para, também, lamentar uma
95 perda que nós estamos tendo hoje, que é a saída do nosso eminente
96 colega, Dr. Eduardo Augusto Paurá Peres, Juiz do Estado, ao qual
97 tenho me vinculado desde alguns anos, décadas até, e que desde o
98 primeiro contato se revelou, na minha avaliação, um Juiz com uma
99 postura de um verdadeiro Magistrado. Conheci Dr. Paurá quando ele
100 era Juiz ainda de Timbaúba e os contatos que tivemos só fizeram
101 nascer em mim uma admiração pela sua conduta, pela sua maneira de
102 conduzir-se. Depois, ele veio para o Recife e, aí, já com a colaboração
103 do meu voto, salvo engano, depois quando eu assumi a Presidência do
104 Tribunal, ele prestou relevante serviço na minha Assessoria, de lá
105 saindo para esse Tribunal, com o meu empenho, sem dúvida, e do qual
106 não me arrependo, e S.Exa. só não retornará, só não será reconduzido
107 a esta Casa, se o meu voto não for suficiente para tanto. Mas as coisas
108 estão mudando, o Tribunal se renovou, uma outra mentalidade se
109 instalou e isso não é só no Tribunal, mas em toda a administração
110 pública, em que as pessoas que estão emergindo cobram oportunidade
111 de também servirem, reivindicam até essa oportunidade, já havendo
112 até prenúncio, isso até não é nem de boa política que eu revele isso, de
113 que até os Desembargadores que geralmente foram reconduzidos,
114 tiveram seus mandados renovados para aqui, talvez já não os tenham
115 mais, seus mandados já não serão mais renovados, então, uma nova
116 política se instala no Tribunal de Justiça e, infelizmente, o Tribunal
117 Regional Eleitoral depende muito ou reflete muito o que se passa
118 naquela Casa de Justiça do Estado, porque ele é composto dos Juízes
119 do Tribunal e os demais são indicados também pelo Tribunal, além do
120 eminente Juiz que vem do Tribunal Regional Federal, mas não se pode
121 negar, de grande influência, a interferência do Tribunal de Justiça na
122 formação, na composição do Tribunal Regional Eleitoral. Mas o Dr.
123 Paurá, como ia dizendo, durante esse período de nossa convivência, de
124 nossa aproximação, outra coisa não tem feito senão me envaidecer da
125 sua amizade e daquelas atitudes que eu tomara no sentido de acolher
126 ou de revelar uma admiração ou um reconhecimento pela sua conduta



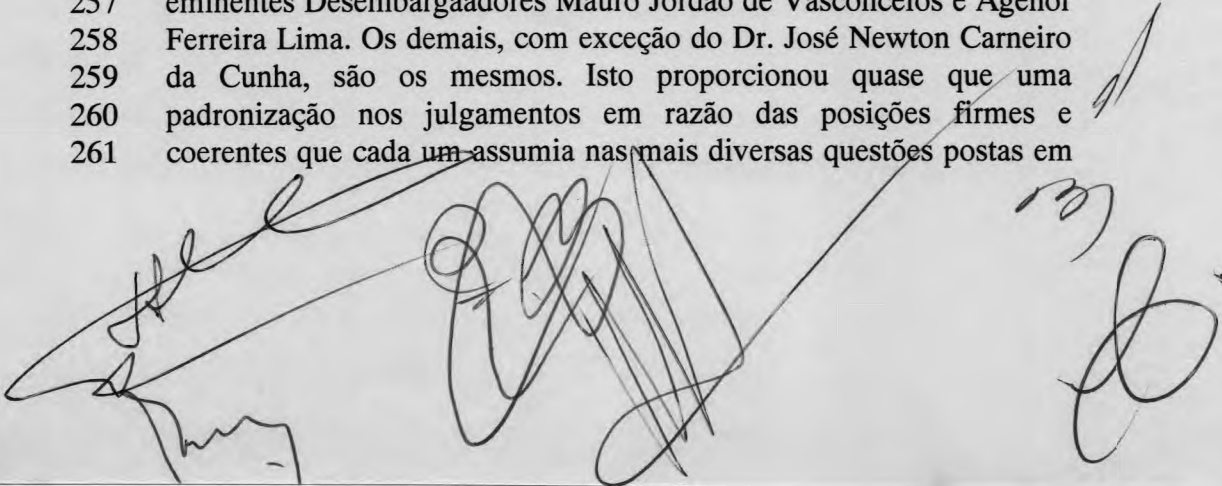
127 de magistrado. Aqui, como todos sabem, não é segredo, não é
128 novidade nenhuma ressaltar isso, Dr. Paurá tem-se conduzido com a
129 mais alta independência, tem dado os votos dos mais brilhantes, sem
130 se preocupar com a repercussão que possa ter o seu entendimento
131 perante os demais. Tem revelado, realmente, um personalidade,
132 autoridade e independência nos seus pontos de vista que, conduta essa
133 ou atitudes essas, que só fazem revelar na sua pessoa um magistrado
134 digno desse nome. Então, ao lado dos fatos que registrei, que são fatos
135 que vão nos fazer, pelo menos pessoalmente a mim, regozijar com
136 essa nova composição, tem esse lado, de certo modo, de uma certa
137 nostalgia, pela provável retirada do Dr. Paurá nosso convívio
138 funcional, se é que não se venha registrar a sua recondução e com
139 essas palavras eu passo aos serviços próprios da Sessão, deixando para
140 o final, a oportunidade para alguém que quiser se manifestar.
141 Evidentemente que, se o Dr. Paurá não for reconduzido ao Tribunal,
142 evidentemente, ele irá reassumir as suas funções na 6ª Zona Eleitoral,
143 isso eu acho, no meu entender, é bastante a sua comunicação de
144 assunção daquela Zona, porque quando ele fora designado para o
145 Tribunal, o seu afastamento da Zona fora até o período em que ele
146 estivesse à disposição do Tribunal Regional Eleitoral na sua função de
147 Juiz de Segundo Grau. Eu acho que Vossas Exas. estão de acordo com
148 esse meu posicionamento, que seja automática a sua assunção.
149 Posteriormente, o Des. Presidente concedeu a palavra ao Juiz Carlos
150 de Britto, que apresentou proposta no sentido de se aprovar um voto
151 de pesar pelo falecimento do Sr. Alcides Lins, genitor do Juiz Roberto
152 Lins. A proposição foi aprovada unanimemente pela Corte. À
153 homenagem associou-se o representante do Ministério Público, Dr.
154 Joaquim Dias. Sequenciando, o Des. Presidente relatou os seguintes
155 processos da Classe I, Feito Administrativo, em que os Juízes
156 Eleitorais solicitam a prorrogação, por mais um ano, do prazo de
157 permanência de Auxiliares de Cartório: PROCESSO Nº 7523/95, da
158 94ª Zona, Lajedo, Josefa Fernandes Barros; PROCESSO Nº 7932/96,
159 da 51ª Zona, Taquaritinga do Norte, Betânia Magaly de Lima
160 Holanda; PROCESSO Nº 8104/96, da 16ª Zona, Ipojuca, José Elias
161 dos Santos; PROCESSO Nº 8182/96, da 67ª Zona, Flores, Maria
162 Lúcia Frutuoso Barbosa Campos e Suzana Araújo Souza; PROCESSO
163 Nº 8225/96, da 88ª Zona, João Alfredo, Suely Lígia da Silva Santana e
164 Severino Ferreira de Lima; PROCESSO Nº 8291/97, da 120ª Zona,
165 Venturosa, Sidney Bezerra Mendes; PROCESSO Nº 8300/96, da 67ª
166 Zona, Flores, Adnael Costa Estima. PROCESSO Nº 8328/96, da 137ª
167 Zona, Moreilândia, José Roberto Bezerra da Silva e Kennedy Barbosa
168 de Souza; PROCESSO Nº 8338/96, da 4ª Zona, Recife, Marilane dos
169 Santos Vieira; PROCESSO Nº 8375/96, da 85ª Zona, Igarassu, Maria
170 da Conceição Alves Vieira. DECISÃO NOS PROCESSOS ACIMA:
171 “Unanimemente, deferida a permanência, até 31.12.97”.



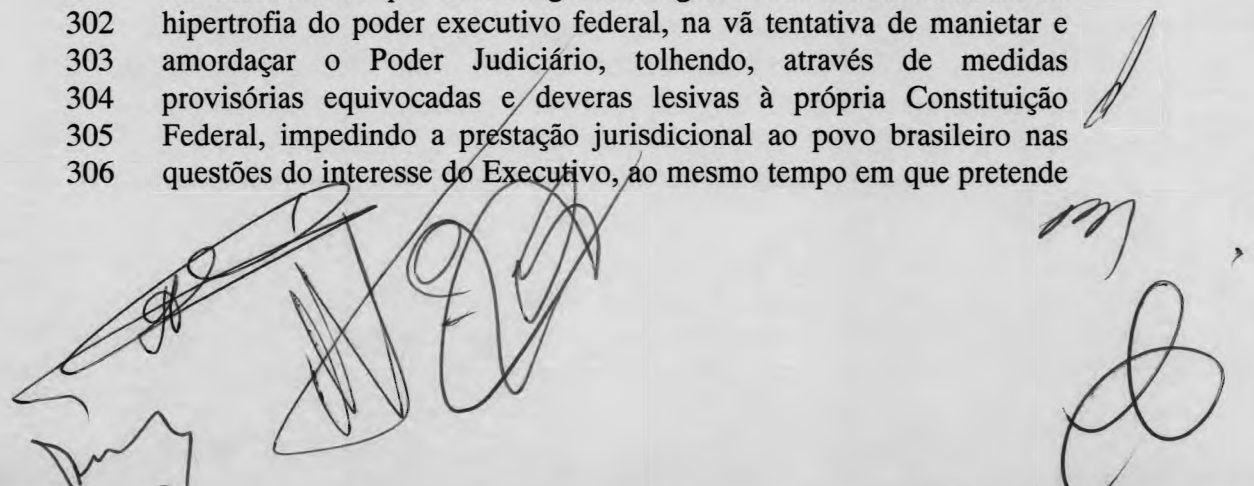
172 Posteriormente, o Des. Presidente concedeu a palavra ao JUIZ
173 EDUARDO PAURÁ, que relatou os seguintes feitos: PROCESSO Nº
174 586/96, Classe XV, Consulta, em que o Juiz Eleitoral da 6ª Zona,
175 Recife, consulta sobre o início das atualizações de situações e sobre o
176 encerramento dos trabalhos da Junta Eleitoral. DECISÃO:
177 “Unanimemente e de acordo com o parecer da Procuradoria,
178 respondeu-se negativamente aos dois itens da consulta.”; PROCESSO
179 Nº 4374/96, Classe VI, Recurso Eleitoral Ordinário, da 75ª Zona,
180 Salgueiro, em que a Coligação Unidade Popular de Salgueiro recorre
181 contra decisão do Juiz que, julgando improcedente representação
182 oferecida pelo recorrente, considerou regular propaganda dos
183 recorridos Paulo Afonso Sampaio e Faustino Pires de Sá, veiculada na
184 parte externa de prédio comercial. DECISÃO: “Unanimemente e de
185 acordo com o parecer oral da Procuradoria, retificando parecer dos
186 autos, negou-se provimento ao recurso”. Em seguida, o Des.
187 Presidente concedeu a palavra ao Dr. Joaquim Dias, Procurador
188 Regional Eleitoral, que assim se manifestou: “Des. Presidente,
189 Eméritos Juízes que compõem esta Casa, Dr. Paurá, Srs. Funcionários.
190 Diz o poeta, que no oceano das idades não se pode lançar âncora um
191 só dia. Surpreende-me o fato de que o Juiz Paurá já esteja
192 completando o seu mandato de dois anos neste Tribunal. A presença
193 leal, amiga, afável do Dr. Paurá entre nós, com toda certeza fez com
194 que o tempo passasse e a gente não percebesse. Também, tal qual o
195 Des. Presidente, tive a honra e a satisfação de conhecer o Juiz Paurá
196 quando ele ainda era Juiz em Timbaúba. Já naquela época, pude
197 testemunhar o respeito e a admiração que todos os jurisdicionados
198 daquela Comarca devotavam ao Dr. Paurá. O tempo passou e fez com
199 que eu voltasse a ter um convívio mais de perto com o Dr. Paurá, aqui,
200 neste Tribunal. Como representante do Ministério Público,
201 conhecendo o Dr. Paurá de muito tempo, não poderia deixar de
202 registrar neste momento o trabalho profícuo, sério e dedicado que teve
203 S.Exa. o Dr. Paurá neste seu biênio. Deixa, sem dúvida alguma, o Dr.
204 Paurá, marcas indeléveis de sua passagem por este Tribunal; foi
205 sempre bastante atuante, desempenhando com denodo, afinco, a
206 prestação jurisdicional dele esperada. Basta que se lembre,
207 recentemente, os trabalhos das últimas eleições, onde S.Exa.,
208 juntamente com os demais juízes desta Casa, teve uma participação
209 marcante e efetiva, assegurando a todos os Pernambucanos a lisura do
210 pleito recém-acabado. De modo que trago em nome da instituição que
211 represento, mas também em meu nome pessoal, pela amizade e
212 admiração que tenho pelo Dr. Paurá, as homenagens que ele bem
213 merece pelos contributos dado à causa da Justiça Eleitoral
214 Pernambucana”. Posteriormente, o Des. Presidente, ad referendum dos
215 demais membros, concedeu a palavra à Dra. Inês Martins, Diretora
216 Geral, que fez o seguinte pronunciamento: “Des. Presidente, Des.



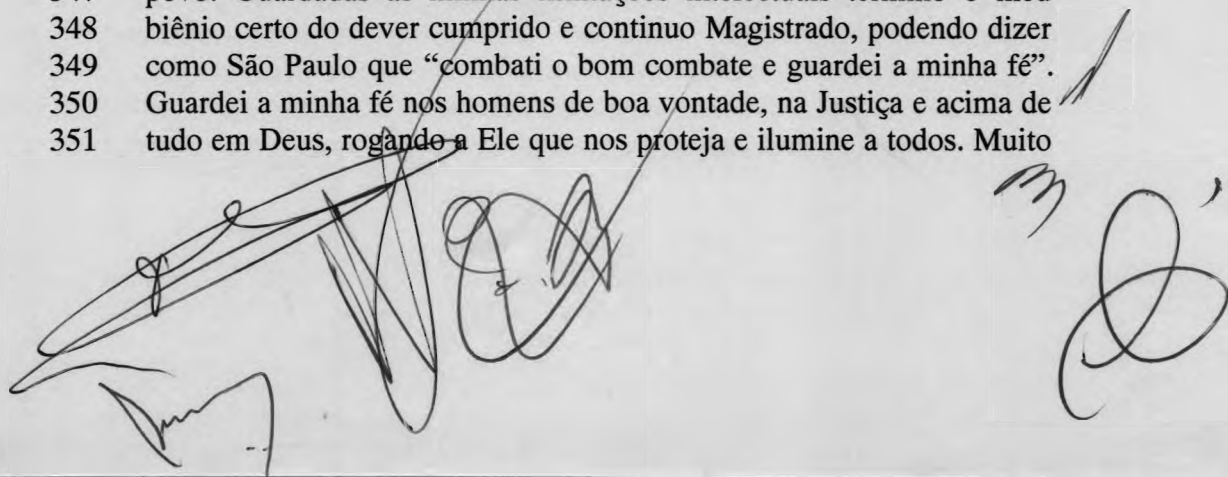
217 Sampaio, demais Juízes presentes, representante do Ministério
218 Público, quero expressar que é com muita honra, como funcionária da
219 Casa, que assumo o cargo de Diretora Geral deste Tribunal. Em
220 primeiro lugar, preciso agradecer a confiança do Sr. Presidente, ora
221 depositada em minha pessoa; preciso prometer dar continuidade a um
222 trabalho que a cada dia, a cada experiência, eu tenho conseguido
223 repassar aqui para os colegas, mas dar continuidade aos trabalhos com
224 a mesma dedicação e mesma procura de sucesso nos desempenhos da
225 minha tarefa; para isso, espero contar com todo o apoio dos
226 funcionários aqui da Casa, com todos os colegas, tanto do escalão da
227 parte administrativa ocupantes de funções comissionadas, como
228 também do simples funcionário a executar as tarefas do dia a dia, do
229 trabalho de eleições de Cartório e de Secretarias. Todo o corpo
230 administrativo do Tribunal. A grande experiência que eu tenho tido a
231 cada dia aqui no Tribunal, o grande sucesso que eu pude demonstrar
232 nos trabalhos desenvolvidos, tenho certeza que nada poderia acontecer
233 se não fosse com a colaboração e o apoio daqueles que integram este
234 Tribunal. Por isso, espero contar e poder assessorar aos Juízes e a
235 V.Exa. com sabedoria, para fazer jus à confiança e ao investimento,
236 ora na minha pessoa. Eu quero agradecer de coração e espero ter a
237 benção de Deus para dar continuidade a essa tarefa. Muito obrigada”.
238 O Des. Presidente replicou: “Deus que te abençoe, Inês, e nós temos
239 certeza que você desempenhará suas funções com êxito e com a
240 colaboração de todos, porque dependendo do seu êxito está também o
241 êxito do Tribunal, que é de todos nós que o fazemos, desde o
242 Presidente até o mais humilde funcionário. Nós temos certeza que
243 você contará com a colaboração de todos e com o apoio dos
244 integrantes do Tribunal. Posteriormente, o Des. Presidente facultou a
245 palavra ao JUIZ EDUARDO PAURÁ, que assim se posicionou: “Sr.
246 Presidente e demais Membros do Egrégio TRE, Senhor Procurador
247 Regional Eleitoral, Senhora Diretora e demais funcionários do
248 Tribunal, Srs. Advogados. Dois anos se passaram desde a minha posse
249 como membro efetivo desta Egrégia Corte de Justiça. Por imposição
250 do tempo termina o meu biênio, e a minha participação nesta Casa, por
251 imperativo Constitucional, possibilitando que outros dêem sua parcela
252 de colaboração. Quando aqui cheguei, por indicação, para mim muito
253 honrosa, do Colendo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, a
254 cujos eminentes Desembargadores declaro, mais uma vez, a minha
255 gratidão, a composição do TRE diferenciava-se praticamente nos
256 membros da mesa diretora, que tinha como Presidente e Vice os
257 eminentes Desembargadores Mauro Jordão de Vasconcelos e Agenor
258 Ferreira Lima. Os demais, com exceção do Dr. José Newton Carneiro
259 da Cunha, são os mesmos. Isto proporcionou quase que uma
260 padronização nos julgamentos em razão das posições firmes e
261 coerentes que cada um assumia nas mais diversas questões postas em



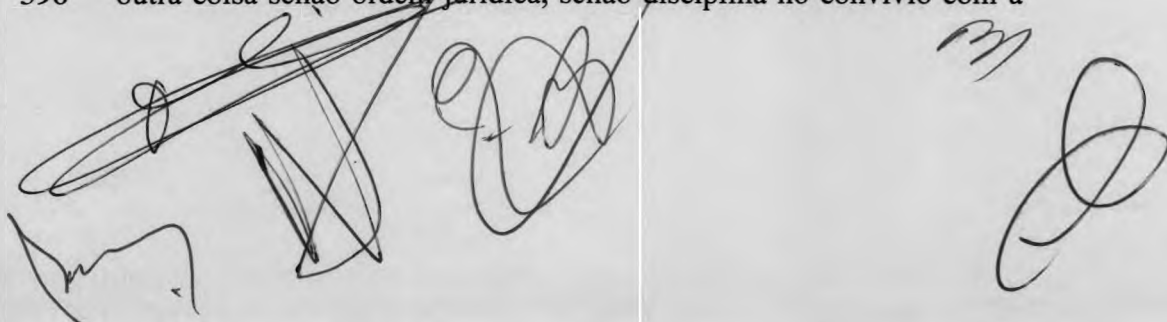
262 julgamento. Muito aprendi e saio extremamente enriquecido com as
263 lições de vida e de direito extraídas dos votos de cada um dos
264 componentes e das decisões do conjunto, abrilhantadas sempre pelos
265 pareceres dos eminentes Procuradores Regionais Eleitorais, em sua
266 maioria da lavra do Dr. Joaquim Dias, outras vezes do Dr. Francisco
267 Rodrigues Sobrinho, ressaltando-se a independência com que cada
268 membro desta Corte defendia as suas convicções jurídicas, e o respeito
269 dos demais, mesmo quando vencidos, mas confesso que já sinto
270 saudades do convívio harmonioso, ameno e fidalgo existente, e da
271 reconhecida eficiência dos que fazem a atividade meio, notadamente
272 dos componentes da Diretoria Geral e da Secretaria Judiciária, sob o
273 comando firme e competente, respectivamente das Dr^{as}. Leonor
274 Pinho Jordão e Cleyde Soriano, em cujos nomes saúdo todos os
275 funcionários desta casa. Esta eficiência colaborou para que pudesse ser
276 exercida a prestação da tutela jurisdicional, atividade fim do Poder
277 Judiciário. Neste período, 95/97, ocorreram as eleições municipais,
278 com tranquilidade e absoluta segurança, desempenhando a Justiça
279 Eleitoral o seu papel com firmeza, serenidade e absoluta
280 independência, a despeito da grande carga de trabalho imposta ao TRE
281 que ensejou seções até aos sábados, domingos, feriados e, algumas
282 vezes adentrando pela madrugada, assim como do inconformismo de
283 segmento da imprensa escrita que, em casos isolados, arvorou-se de
284 órgão acusador e de juiz, extrapolando o seu importante papel de
285 prestar informações isentas à sociedade, assacando aleivosias contra
286 membros deste Tribunal, prestando um grande desserviço à própria
287 democracia. A legislação eleitoral mudou. Regulamentou-se o
288 princípio constitucional da autonomia dos Partidos Políticos,
289 alterando-se a sua natureza jurídica, modificando-se questões
290 pertinentes a filiações, organizações internas, advindo grandes
291 indagações neste campo, principalmente quanto as filiações partidárias
292 que proporcionou volumoso número de recursos e grande discussão,
293 matérias, enfim, "interna corpore" dos Partidos Políticos que antes
294 eram da competência da Justiça Eleitoral decidir. Ocorreu a mudança
295 dos membros oriundos do Tribunal de Justiça, indicados os eminentes
296 Des. Luiz Belém de Alencar e Francisco de Sá Sampaio, homens de
297 grandes conhecimentos jurídicos e larga experiência judicante e
298 administrativa, tendo ambos exercido os mais altos postos do
299 Judiciário Pernambucano. Pessoas francas, fidalgas e firmes, em cujas
300 mãos repousam, agora, os destinos da Justiça Eleitoral Pernambucana
301 no momento em que se me afigura uma grave crise institucional com a
302 hipertrofia do poder executivo federal, na vã tentativa de manietar e
303 amordaçar o Poder Judiciário, tolhendo, através de medidas
304 provisórias equivocadas e deveras lesivas à própria Constituição
305 Federal, impedindo a prestação jurisdicional ao povo brasileiro nas
306 questões do interesse do Executivo, ao mesmo tempo em que pretende

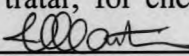


307 atirar aos ombros do Judiciário a responsabilidade pelas mazelas
308 sociais existentes, quando a este falta instrumentos legais eficazes no
309 combate a odiosa impunidade, já que legislador não é. Ao Judiciário -
310 irmão pobre dos demais poderes do Estado - sobra a pecha de benesses
311 e "marajaismos" quando é por demais sabido que lhe faltam meios
312 adequados para aparelhar-se devidamente e estruturar-se o suficiente
313 para o exercício de sua função constitucional, com Magistrados e
314 Servidores mal remunerados e há dois anos sem qualquer reajuste de
315 vencimentos como meio de correção da moeda que corrói-se,
316 achatando o poder aquisitivo dos salários, mesmo considerando-se
317 inflação de percentual pequeno em relação aos percentuais da inflação
318 da história recente do país, ao ponto de grande parte dos Juizes
319 acharem-se desfazendo-se de patrimônio conquistado a duras penas e
320 obrigarem-se em tirar seus filhos de escolas particulares por já se
321 encontrarem com suas contas bancárias no vermelho. A pretexto,
322 ainda, de sanear-se as contas públicas, em ações que chegam a lembrar
323 Maquiavel - "o fim justifica os meios" - intenta-se reformas
324 administrativa e previdenciária salvadoras da pátria, pretendendo-se
325 sob tais argumentos violar as aposentadorias, violentar direitos
326 individuais e retirar do Judiciário a sua autonomia administrativa e
327 financeira, conquista recente inserida na Constituição de 1988 - a
328 chamada Constituição Cidadã -, e retirar da magistratura garantias
329 constitucionais como se fossem privilégios dos Juizes, esquecendo-se
330 que são garantias, em verdade, do cidadão e das instituições
331 democráticas. Nunca é demais lembrar que no ano próximo findo, o
332 Supremo Tribunal Federal - Tribunal de princípios e guardião da
333 Constituição - recebeu em torno de 26.000 ações, quer diretas de
334 inconstitucionalidade ou recursos envolvendo questões
335 constitucionais, número infinita vezes maior do que os Tribunais
336 Congêneres de outros países, demonstrando o quanto a Constituição
337 fora violentada neste período, em sua grande maioria pelos Executivos
338 e Legislativos Federal e Estaduais. O universo jurídico nacional está
339 perplexo e intranquilo. Os magistrados e funcionários em geral
340 bastante inseguros. Já se disse que democracia sem Judiciário forte e
341 independente é pura utopia. Eleições maiores e questões eleitorais
342 outras estão por vir, mas encontrarão a Justiça Eleitoral em boas mãos
343 e Vossas Excelências, Senhores Presidente, Vice-Presidente e demais
344 Membros saberão, homens sérios, cultos, equilibrados e capazes,
345 como conduzir-lhe os destinos, conscientes que são das obrigações
346 que um homem público tem para com o seu tempo, seu espaço e seu
347 povo. Guardadas as minhas limitações intelectuais termino o meu
348 biênio certo do dever cumprido e continuo Magistrado, podendo dizer
349 como São Paulo que "combati o bom combate e guardei a minha fé".
350 Guardei a minha fé nos homens de boa vontade, na Justiça e acima de
351 tudo em Deus, rogando a Ele que nos proteja e ilumine a todos. Muito



352 obrigado". Dando continuidade, o Des. Presidente fez o seguinte
353 comentário: "Dr. Paurá, V.Exa. ao despedir-se da Casa, faz um
354 pronunciamento em que chama a atenção de todos para essa situação
355 deveras grave que vivencia não só o Poder Judiciário, mas toda a
356 Nação Brasileira. Infelizmente, o povo não está à altura de aquilatar a
357 gravidade do momento, até porque a imprensa, desinformada e
358 preconceituosa com o Poder Judiciário, não se desincumbe da sua
359 missão de bem informar, de bem esclarecer e de bem conduzir a
360 opinião pública. O Sr. Presidente da República, em cuja pessoa toda a
361 nação depositou as suas esperanças de soerguer a nação, de soerguer,
362 inclusive, o espírito moral, o estado moral da nação, está se
363 conduzindo, que me permitam essa afirmação de um Magistrado, de
364 um Presidente do Tribunal essa manifestação, mas está se conduzindo
365 de maneira estarrecedora, quando para conseguir os seus intentos, vem
366 a público, e de alto e bom tom, faz ameaças, como aquela que fizera
367 anteontem ou ontem, da sua intenção de demitir 50.000 funcionários,
368 se as reformas administrativas não fossem aprovadas como pretende o
369 seu governo. Aliás, eu não sei nem se ele sabe o que está aprovando,
370 porque o Sr. Ministro da Administração, que me perdoe a ausência,
371 não me parece com a invergadura necessária para a função que se lhe
372 confiou; porque eu não acredito que venha se salvar a pátria, em se
373 retirando a estabilidade do funcionário público, em se retirando as
374 garantias da Magistratura, que não são atribuídas ao Magistrado como
375 uma regalia pessoal, mas são uma garantia indireta ao Jurisdicionado e
376 o povo não sabe disso, e o povo está informado erroneamente a esse
377 respeito. E não é para Vossas Exas. que esclareço, mas para alguns
378 que aqui se encontram, que o que se pretende em aviltar a
379 remuneração do Magistrado, que já é aviltada, é criar uma situação na
380 Magistratura, com tal aviltamento, como também com a falta de
381 garantia da inamovibilidade, com a falta de garantia da vitaliciedade, o
382 que se pretende com isso, é se criar um clima de insegurança do
383 Magistrado, clima esse em que, aqueles que não têm uma boa
384 formação moral, que não têm um caráter rígido e seguro, certamente
385 não resistirão às pressões ameaçadoras de remoção, de demissão,
386 etc...e se formará no seio da Magistratura aquele ambiente conhecido
387 em outras instituições, que todos nós sabemos e que não é preciso,
388 aqui, declinar; instituições que deveriam prestar relevantes e
389 indispensáveis serviços à Nação, mas que estão flagrantemente
390 desacreditadas, totalmente destituídas de credibilidade e que, na
391 verdade, é um peso morto para a nação. Eu vejo com apreensão essa
392 política que se vem desenvolvendo de destruição da entidade chamada
393 Estado, desde algum tempo se investe contra o Estado, procurando
394 minar as suas instituições e me parece que o propósito a longo prazo é,
395 realmente, extinguir. O Estado, por natureza, todos nós sabemos, não é
396 outra coisa senão ordem jurídica, senão disciplina no convívio com a



397 sociedade. E essa disciplina da convivência social, essa ordem
398 jurídica, essa ordem social, é exercida pelas instituições, entre elas, as
399 instituições judiciárias, as instituições policiais e as outras instituições,
400 mas a mídia tem grande culpa nisso, o que se faz é minar essas
401 instituições, é minar o prestígio e cada vez mais se retirar as condições
402 para o exercício das funções que são próprias dessas instituições.
403 Quando se culpa a Justiça pela sua morosidade, pela sua ineficiência,
404 sua ineficácia, não se diz que isso se dá pela ausência das condições da
405 prestação do serviço. Eu não me recordo bem agora, não estou bem
406 certo dos números, não estou bem preciso, mas é aproximado. Na
407 Alemanha se tem um Juiz para cada 4.000 habitantes, aqui no Brasil
408 um para cada 40.000. Eu me recordo que em 1993, assistindo uma
409 conferência do Ministro Nery da Silveira, S.Exa. fazia a seguinte
410 referência: o Estado de São Paulo, que é o mais rico, o mais
411 politizado, o mais desenvolvido, o primeiro mundo do Brasil, contava,
412 em todo o Estado, capital e interior, com 1.800 Juízes. Este era o
413 número de Juízes existentes em Paris, naquela época, só em Paris.
414 Paris muito menor que São Paulo. Paris capital da França, país
415 altamente desenvolvido, berço da nossa civilização, não digo berço,
416 mas pelo menos, condutor da nossa civilização, grande influenciador
417 de nossa civilização. O Estado de São Paulo todinho tinha o número
418 de Juízes que tinha a cidade de Paris. Mas, quando se fazem as críticas
419 ao Poder Judiciário, esquecem-se as condições que lhe são dadas,
420 nenhuma condição lhes é atribuída. Como, então, exercer-se uma
421 Justiça célere, eficaz, eficiente, sem esses meios? Mas, isso não se
422 esclarece. E é com tristeza que se registra essa situação e com
423 apreensão, porque eu não duvido que, em breve, nós estejamos numa
424 situação que não imaginávamos que jamais chegaríamos. Mas, Dr.
425 Eduardo Paurá, deixando de lado essa situação, Vossa Exa. vai nos
426 deixar saudade e esperamos que sempre esteja por aqui. Nada mais
427 havendo a tratar, foi encerrada a Sessão, do que, para constar, eu
428 , Diretora Geral da Secretaria,
429 mandei lavrar a presente, que lida e achada conforme, vai devidamente
430 assinada.

